



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 892.231/DF

RELATOR :MIN. TEORI ZAVASCKI

RECTE.(S) :MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROC.(A/S)(ES) :PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

RECDO.(A/S) :ROSE RAYETTE VILELLA

ADV.(A/S) :MATHEUS MIRANDA DE OLIVEIRA

Senhor Ministro-Relator:

1. Trata-se de Recurso de Extraordinário interposto pelo Ministério Público Federal contra a decisão do Superior Tribunal de Justiça que, no CC nº 129.181, reconheceu a incompetência da Justiça Federal para julgar o recorrido pela suposta prática do crime tipificado no art. 203 do Código Penal, nos seguintes termos:

AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. APURAÇÃO DE EVENTUAL CONDUTA INSERTA NO ART. 203 DO CÓDIGO PENAL. FRUSTRAÇÃO DE DIREITOS TRABALHISTAS PRATICADOS CONTRA UMA VÍTIMA. INEXISTÊNCIA DE OFENSA À ORGANIZAÇÃO GERAL DO TRABALHO OU A DIREITOS DOS TRABALHADORES CONSIDERADOS COLETIVAMENTE. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. AGRAVO NÃO PROVIDO. DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA.

1. Compete à Justiça Federal processar e julgar os crimes cometidos contra a organização do trabalho, quando forem violados direitos dos trabalhadores considerados coletivamente.

2. Considerando-se que, in casu, o delito do art. 203 do Código Penal teria sido, em tese, perpetrado em detrimento de apenas um trabalhador, compete à Justiça Estadual apurar, processar e julgar o presente feito. Precedentes do STJ.

3. Agravo regimental não provido

2. Opostos embargos de declaração, foram rejeitados: *“somente se firmará a competência da Justiça Federal, prevista no art. 109, VI, da CF, quando houver ofensa ao sistema de órgãos e institutos destinados a preservar, coletivamente, os direitos e deveres dos trabalhadores. Precedentes”*.

3. Em síntese, sustenta o recorrente que o Superior Tribunal de Justiça contrariou o art. 109, VI, da Constituição Federal ao declarar a incompetência da Justiça Federal para processamento da causa, porquanto o crime tipificado no art. 203 do Código Penal se encontra inserido no Título IV da Parte Especial do Código Penal, sob a epígrafe “Dos crimes contra a Organização do Trabalho”, de forma que há *“uma simetria perfeita entre o artigo 109, VI da Constituição Federal-competência da Justiça Federal para os crimes contra a organização do trabalho- e o crime pela qual foi denunciada a acusada”*.

4. Assiste razão ao recorrente, pois os crimes contra a organização do trabalho não atingem somente a coletividade dos trabalhadores, mas também o indivíduo considerado de forma singular. Nesse sentido, a Suprema Corte, por meio de seu Tribunal Pleno, já consignou que *“quaisquer condutas que possam ser tidas como violadoras não somente do sistema de órgãos e instituições com atribuições para proteger os direitos e deveres dos trabalhadores, **mas também do homem trabalhador**, atingindo-os nas esferas que lhe são mais caras, em que a Constituição lhe confere proteção máxima, são, sim, enquadráveis na categoria dos crimes contra a organização do trabalho, se praticados no contexto de relações do trabalho”* (Re 398041, Rel. Min. Joaquim Barbosa, DJE 19.12.2008).

5. A Constituição Federal atribui à Justiça Federal a competência para o julgamento dos crimes “contra a organização do trabalho”, de forma que não cabe fazer restrições ao texto da Carta Magna, principalmente se for levado em consideração que o argumento invocado em precedentes acerca deste tema (suposta falta de estrutura) não mais se verifica, diante da expansão da Justiça Federal.

6. Diante do exposto, opino pelo provimento do recurso.

Brasília, 8 de outubro de 2015.

EDSON OLIVEIRA DE ALMEIDA
SUBPROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Leandro Miranda